



UMA EUROPA SEGURA NUM MUNDO MELHOR

ESTRATÉGIA EUROPEIA EM MATÉRIA DE SEGURANÇA

Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003

Introdução

A Europa nunca foi tão próspera, segura e livre como hoje. À violência que marcou a primeira metade do Século XX seguiu-se um período de paz e estabilidade sem precedentes na história europeia.

A criação da União Europeia constituiu um elemento essencial deste desenvolvimento, que transformou as relações entre os nossos Estados e também as vidas dos nossos cidadãos. Os países europeus estão empenhados em resolver pacificamente os conflitos e em cooperar entre si, através de instituições comuns. Ao longo deste período, com a gradual expansão do primado do Direito e da democracia, assistiu-se à transformação de regimes autoritários em democracias seguras, estáveis e dinâmicas. Os sucessivos alargamentos têm contribuído para a visão de um continente unido e em paz.

Nenhum país é capaz de enfrentar totalmente sozinho os complexos problemas que hoje em dia se colocam.

Os Estados Unidos têm desempenhado um papel crucial no contexto da integração europeia e da segurança europeia, em especial através da NATO. Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a ocupar uma posição dominante enquanto actor militar. No entanto, nenhum país é capaz de enfrentar totalmente sozinho os complexos problemas que se colocam hoje em dia.

A Europa continua a ver-se confrontada com ameaças e desafios em matéria de segurança. A eclosão do conflito nos Balcãs veio lembrar-nos que a guerra ainda não desapareceu do nosso continente. Ao longo da última década, não houve no mundo uma única região que tivesse sido poupada a conflitos armados. Na sua maior parte, os conflitos ocorreram, não entre Estados, mas sim a nível interno, tendo causado vítimas que, na sua maioria, eram civis.

A União Europeia, que reúne 25 Estados com mais de 450 milhões de habitantes, com uma produção que representa um quarto do produto nacional bruto (PNB) mundial, e com uma vasta gama de instrumentos ao seu dispor, é forçosamente um actor global. Na última década, foram destacadas forças europeias para zonas tão longínquas como o Afeganistão, Timor Leste ou a RDC. A crescente convergência dos interesses europeus e o reforço da solidariedade mútua da UE fazem de nós um actor mais credível e eficaz. A Europa deve estar pronta a assumir a sua parte de responsabilidade na segurança global e na criação de um mundo melhor.

União de 25 Estados com mais de 450 milhões de habitantes e uma produção que representa um quarto do produto nacional bruto (PNB) mundial, a União Europeia é forçosamente um actor global; deve, pois, estar pronta a assumir a sua parte de responsabilidade na segurança global e na criação de um mundo melhor.

I. O QUADRO DE SEGURANÇA: DESAFIOS GLOBAIS E PRINCIPAIS AMEAÇAS

Desafios globais

O quadro pós-Guerra Fria caracteriza-se por uma crescente abertura das fronteiras, com uma indissolúvel ligação entre os aspectos internos e externos da segurança. Os fluxos de comércio e investimento, o desenvolvimento da tecnologia e a expansão da democracia contribuíram para a liberdade e prosperidade de muitos. Para outros, a globalização foi sentida como uma causa de frustração e injustiça. Esta evolução veio também alargar as possibilidades de intervenção de grupos não estatais nos assuntos internacionais e acentuar a dependência da Europa de uma infra-estrutura interligada nos domínios dos transportes, da energia e da informação, bem como noutras áreas – e, por conseguinte, a sua vulnerabilidade.

Desde 1990 que as guerras vitimaram 4 milhões de pessoas, 90% das quais civis. Em todo o mundo, mais de 18 milhões de pessoas viram-se obrigadas a abandonar os seus lares em resultado de conflitos.

Eleva-se a 45 milhões o número daqueles que todos os anos morrem de fome e subnutrição. A SIDA contribui para o colapso das sociedades... A segurança é uma condição prévia do desenvolvimento.

Numa grande parte do mundo em desenvolvimento, a pobreza e a doença são fonte de indizível sofrimento e suscitam preocupações prementes em matéria de segurança. Metade da população mundial – cerca de três mil milhões de pessoas – vive

com menos de 2 euros por dia. Eleva-se a 45 milhões o número daqueles que todos os anos morrem de fome e subnutrição. A SIDA é hoje uma das epidemias mais devastadoras da história da humanidade, contribuindo para o colapso das sociedades. Podem surgir novas doenças susceptíveis de se propagar rapidamente e constituir ameaças à escala mundial. A África subsariana é agora mais pobre do que há dez anos. Em muitos casos, o fracasso económico está ligado a problemas políticos e a situações de conflito violento.

A segurança é uma condição prévia do desenvolvimento. Os conflitos destroem as infra-estruturas, incluindo as de carácter social, incentivam a criminalidade, desencorajam o investimento e tornam impossível uma actividade económica normal. Há países e regiões enredados num ciclo de conflito, insegurança e pobreza.

A concorrência em matéria de acesso aos recursos naturais –nomeadamente à água –, que irá agravar-se nas próximas décadas devido ao aquecimento do planeta, é de molde a causar novas turbulências e novos movimentos migratórios em várias regiões.

A dependência energética é fonte de especial preocupação para a Europa, que é o maior importador mundial de petróleo e gás. As importações representam actualmente cerca de 50% do consumo de energia. Esta proporção aumentará para 70% em 2030. Na sua maior parte, as importações provêm do Golfo, da Rússia e do Norte de África.

Principais ameaças

Actualmente é improvável que algum Estado-Membro venha a sofrer uma agressão em larga escala. Contudo, a Europa enfrenta agora novas ameaças que são mais diversificadas, menos visíveis e menos previsíveis.

Terrorismo: O terrorismo põe vidas em risco, implica custos avultados, procura abalar a abertura e a tolerância das nossas sociedades e representa uma crescente ameaça estratégica para toda a Europa. Os movimentos terroristas dispõem, cada vez mais, de recursos importantes, estão ligados entre si através de redes electrónicas e mostram-se prontos a recorrer a uma violência sem limites com o objectivo de causar um grande número de vítimas.

A mais recente vaga de terrorismo é global e está ligada ao extremismo religioso de carácter violento. Na sua origem estão razões complexas. Entre estas, contam-se nomeadamente as pressões exercidas pela modernização, as crises culturais, sociais e políticas e a alienação dos jovens que vivem em sociedades estrangeiras. Trata-se de um fenómeno que também faz parte das nossas sociedades.

A Europa é simultaneamente um alvo e uma base para o terrorismo: há países europeus que foram designados como alvo e sofreram atentados. Foram descobertas bases logísticas de células da Al Qaeda no Reino Unido, em Itália, na Alemanha, em Espanha e na Bélgica. Torna-se indispensável uma actuação concertada a nível europeu.

A proliferação das armas de destruição maciça é potencialmente a maior ameaça à nossa segurança. Os regimes instaurados pelos tratados internacionais e os mecanismos de controlo das exportações fizeram abrandar a proliferação das ADM e dos respectivos sistemas de

As ADM foram utilizadas pela última vez pela seita terrorista Aum no metro de Tóquio, em 1995, com recurso ao gás sarin. Morreram 12 pessoas e ficaram feridos vários milhares. Dois anos antes, a Aum tinha pulverizado esporos de carbúnculo numa rua de Tóquio.

lançamento. Porém, estamos hoje em dia a entrar numa nova fase perigosa, que abre a possibilidade de uma corrida às ADM, especialmente no Médio Oriente. O progresso das ciências biológicas pode vir a aumentar a potência das armas biológicas nos próximos anos; os ataques com produtos químicos e materiais radiológicos constituem também uma séria possibilidade. A disseminação da tecnologia em matéria de mísseis vem trazer um novo elemento de instabilidade, podendo colocar a Europa perante riscos acrescidos.

O cenário mais assustador é o da aquisição de armas de destruição maciça por parte de grupos terroristas. Se tal acontecesse, um pequeno grupo teria capacidade para infligir danos a uma escala que antes se encontrava apenas ao alcance dos Estados e dos exércitos.

Conflitos regionais: Problemas como os que se registam nas regiões de Caxemira e dos Grandes Lagos e na Península da Coreia têm impacto directo e indirecto nos interesses europeus, o mesmo acontecendo com os conflitos que grassam em zonas mais próximas, sobretudo no Médio Oriente. Os conflitos violentos ou latentes, que também persistem nas nossas fronteiras, são uma ameaça à estabilidade regional. Destroem vidas humanas, arruinam as infra-estruturas sociais e físicas, ameaçam as minorias, as liberdades fundamentais e os direitos humanos. O conflito pode conduzir ao extremismo, ao terrorismo e ao fracasso dos Estados e oferece, além disso, oportunidades à criminalidade organizada. A insegurança regional pode estimular a procura de ADM. Para fazer face às novas ameaças, que tantas vezes assumem formas capciosas, a via mais prática consistirá, nalguns casos, em resolver os velhos problemas dos conflitos regionais.

Fracasso dos Estados: A má governação – corrupção, abuso de poder, debilidade das instituições e ausência de responsabilização – e as guerras civis constituem factores que corroem os Estados por dentro. Nalguns casos, esta situação levou praticamente ao colapso das instituições estatais. A Somália, a Libéria e o Afeganistão, sob o regime talibã, são os exemplos recentes mais conhecidos. O colapso do Estado pode estar relacionado com ameaças óbvias, tais como a criminalidade organizada ou o terrorismo. O fracasso dos Estados é um fenómeno alarmante que mina a governação à escala global e contribui para a instabilidade regional.

Criminalidade organizada: A Europa é um alvo de primeiro plano para a criminalidade organizada. Esta ameaça interna à nossa segurança apresenta uma importante dimensão externa. Com efeito, grande parte das actividades dos bandos criminosos consiste no tráfico transfronteiriço de droga, mulheres, migrantes clandestinos e armas. A criminalidade organizada pode igualmente estar ligada ao terrorismo.

Estas actividades criminosas estão muitas vezes associadas a Estados fracos ou enfraquecidos. Os proventos da droga têm contribuído para o enfraquecimento das estruturas do Estado em diversos

países produtores de droga. Os lucros obtidos com o comércio de pedras preciosas, madeira e armas ligeiras servem para alimentar conflitos noutras partes do mundo. Todas estas actividades abalam o primado do Direito e a própria ordem social. Em casos extremos, a criminalidade organizada pode mesmo passar a dominar o Estado. 90% da heroína presente na Europa provém do cultivo de papoila no Afeganistão – país onde o tráfico de droga subsidia exércitos privados. Na sua maior parte, a heroína é distribuída através das redes criminosas dos Balcãs, as quais são igualmente responsáveis por cerca de 200 000 dos 700 000 casos de tráfico sexual de mulheres em todo o mundo. O incremento da pirataria marítima representa uma nova dimensão da criminalidade organizada à qual deverá doravante ser consagrada maior atenção.

O conjunto de todos estes elementos – terrorismo determinado a fazer uso da máxima violência, disponibilidade de armas de destruição maciça, criminalidade organizada, enfraquecimento do sistema estatal e privatização da força – poderão colocar-nos perante uma ameaça verdadeiramente radical.

II. OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Vivemos num mundo que nos oferece melhores perspectivas, mas também ameaças maiores do que aquelas que temos conhecido até agora. O futuro dependerá, em parte, da nossa actuação. Temos simultaneamente de pensar em termos globais e agir a nível local. Para defender a sua segurança e promover os seus valores, a UE tem três objectivos estratégicos:

Enfrentar as ameaças

A União Europeia tem-se empenhado activamente na resposta às principais ameaças.

- Após o 11 de Setembro, reagiu com medidas tais como a aprovação de um Mandado de Detenção Europeu, acções contra o financiamento do terrorismo e um acordo de auxílio judiciário mútuo com os Estados Unidos. A UE continua a desenvolver a cooperação neste domínio e a melhorar as suas defesas.
- Tem prosseguido, de há muitos anos a esta parte, políticas de luta contra a proliferação em matéria de armamentos. A União chegou recentemente a acordo sobre um novo programa de acção que prevê os passos necessários para reforçar a Agência Internacional da Energia Atómica, bem como medidas para reforçar o controlo das exportações e combater as remessas ilegais e as aquisições ilícitas. A UE está empenhada em garantir a adesão universal aos regimes previstos nos tratados multilaterais, bem como em reforçar os tratados e as respectivas disposições em matéria de verificação.
- A União Europeia e os Estados-Membros intervieram no sentido de contribuir para a resolução de conflitos regionais e para o restabelecimento de Estados em colapso, nomeadamente nos Balcãs, no Afeganistão e na RDC. Uma das formas mais eficazes de lidar com o problema da criminalidade organizada na UE consiste em restabelecer a boa governação nos Balcãs, promover a democracia e dotar as autoridades locais de capacidade para fazer frente à criminalidade.

Numa era de globalização, as ameaças longínquas podem ser tão preocupantes como as que estão próximas de nós. Tanto as actividades da Coreia do Norte no domínio nuclear, como os riscos nucleares na Ásia meridional e a proliferação no Médio Oriente constituem motivo de preocupação para a Europa.

Os terroristas e os criminosos são hoje capazes de actuar no mundo inteiro: as suas actividades na

Numa era de globalização, as ameaças longínquas podem ser tão preocupantes como as que estão próximas de nós... A primeira linha de defesa há-de muitas vezes situar-se no exterior. As novas ameaças são dinâmicas. Em matéria de prevenção de conflitos e ameaças, nunca é demasiado cedo para começar.

Os terroristas e os criminosos são hoje capazes de actuar no mundo inteiro: as suas actividades na Ásia central ou meridional podem representar uma ameaça para os países europeus ou para os seus cidadãos. Entretanto, a globalização dos meios de comunicação permite aos cidadãos da Europa estarem mais informados acerca dos conflitos regionais ou das tragédias humanitárias que ocorram em qualquer parte do mundo.

O nosso conceito tradicional de auto-defesa – até ao final da Guerra Fria – baseava-se na ameaça de invasão. No contexto das novas ameaças, a primeira linha de defesa há-de muitas vezes situar-se no exterior. As novas ameaças são dinâmicas. Os riscos de proliferação aumentam com o passar do tempo; se nada for feito, as redes terroristas tornar-se-ão cada vez mais perigosas. Estes fenómenos – fracasso dos Estados e criminalidade organizada – têm tendência a alastrar-se se os ignorarmos – como tivemos ocasião de verificar na África Ocidental. Por conseguinte, devemos estar prontos a actuar antes de ocorrerem as crises. Em matéria de prevenção de conflitos e ameaças, nunca é demasiado cedo para começar.

Contrariamente ao que se passava com a ameaça maciça e visível da Guerra Fria, nenhuma das novas ameaças é puramente militar, nem pode ser combatida com meios exclusivamente militares; todas elas requerem uma conjugação de instrumentos. A proliferação em matéria de armamentos pode ser sustida por meio de medidas de controlo das exportações e combatida através de pressões políticas, económicas e outras, ao mesmo tempo que se atacam as causas políticas que lhe estão subjacentes. A luta contra o terrorismo pode implicar uma conjugação de meios – serviços de informações, meios policiais, judiciais, militares e outros. Nos Estados em colapso, podem ser necessários instrumentos militares para restabelecer a ordem e instrumentos humanitários para fazer frente à crise imediata. Os conflitos regionais exigem soluções políticas, mas, na fase pós-conflito, podem revelar-se necessários recursos militares e meios eficazes de manutenção da ordem. Os instrumentos económicos são colocados ao serviço da reconstrução e a gestão civil de crises contribui para reconstituir a administração civil. A União Europeia está particularmente bem equipada para reagir a estas situações multifacetadas.

Criar segurança na nossa vizinhança

Mesmo na era da globalização, a geografia continua a ser importante. É do interesse da Europa que os países situados junto às suas fronteiras sejam bem governados. Para a Europa, constitui um

***O alargamento não deverá
criar novas linhas de fractura
na Europa.***

***A resolução do conflito
israelo-árabe é uma
prioridade estratégica para a
Europa.***

problema ter na sua vizinhança países envolvidos em conflitos violentos, Estados enfraquecidos em que floresce a criminalidade organizada, sociedades disfuncionais ou um crescimento descontrolado da população.

Com a integração dos Estados aderentes, ficamos em maior segurança, mas também mais próximos de zonas conturbadas. Compete-nos promover um conjunto de países bem governados, a leste da União Europeia e na orla do Mediterrâneo, com os quais possamos estabelecer estreitas relações de cooperação.

Os Balcãs são o exemplo que melhor ilustra a importância deste facto. Graças aos esforços por nós envidados em concertação com os EUA, a Rússia, a NATO e outros parceiros internacionais, a estabilidade da região já não está ameaçada pela eclosão de grandes conflitos. A credibilidade da nossa política externa depende da consolidação dos resultados por nós obtidos na região. A perspectiva europeia proporciona não apenas um objectivo estratégico mas também um incentivo à realização de reformas.

Não é do nosso interesse que o alargamento crie novas linhas de fractura na Europa. É necessário tornarmos extensivos aos nossos vizinhos a Leste os benefícios da cooperação económica e política, enfrentando ao mesmo tempo os problemas políticos que os afectam. Devemos passar agora a interessar-nos, de forma mais acentuada e activa, pelos problemas do Sul do Cáucaso, que, a seu tempo, será também uma região vizinha.

A resolução do conflito israelo-árabe é uma prioridade estratégica para a Europa e um pressuposto sem o qual poucas serão as possibilidades de resolução de outros problemas do Médio Oriente. É imperioso que a União Europeia se mantenha determinada e pronta a mobilizar recursos para enfrentar o problema até à sua resolução. A solução baseada na existência de dois Estados – há tanto tempo apoiada pela Europa – merece hoje vasta aceitação. Para a sua concretização, são necessários esforços conjugados, desenvolvidos em cooperação, não só por parte da União Europeia, dos Estados Unidos, das Nações Unidas e da Rússia, mas também pelos países da região, e sobretudo, por parte dos próprios israelitas e palestinianos.

A região do Mediterrâneo, em geral, continua a ver-se confrontada com graves problemas de estagnação económica, perturbações sociais e conflitos por resolver. Os interesses da União Europeia exigem um envolvimento continuado com os parceiros do Mediterrâneo, através de uma cooperação mais eficaz a nível económico, cultural e de segurança, no âmbito do processo de Barcelona. Deverá igualmente ser ponderada a possibilidade de um mais vasto envolvimento com o mundo árabe.

UMA ORDEM INTERNACIONAL BASEADA NUM MULTILATERALISMO EFECTIVO

Num mundo de ameaças, mercados e meios de comunicação globais, a nossa segurança e a nossa prosperidade dependem cada vez mais de um sistema multilateral efectivo. É nosso objectivo desenvolver uma sociedade internacional mais forte, instituições internacionais que funcionem sem atritos e uma ordem internacional que respeite as regras estabelecidas.

Estamos empenhados em defender e desenvolver o Direito Internacional. O enquadramento fundamental das relações internacionais é a Carta das Nações Unidas, cabendo ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a responsabilidade primária da manutenção da paz e da segurança internacionais. Reforçar as Nações Unidas e dotá-la dos meios necessários para que possa cumprir as suas missões e actuar de forma eficaz é uma das prioridades da Europa.

A nossa segurança e a nossa prosperidade dependem cada vez mais de um sistema multilateral efectivo. Estamos empenhados em defender e desenvolver o Direito Internacional. O enquadramento fundamental das relações internacionais é a Carta das Nações Unidas.

Queremos que as organizações, regimes e tratados internacionais respondam eficazmente às ameaças à paz e à segurança internacionais, pelo que devemos estar prontos para actuar quando as suas regras forem violadas.

Instituições importantes do sistema internacional, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e as instituições financeiras internacionais, têm registado a adesão de novos membros. A China aderiu à OMC e a Rússia está a negociar a sua adesão. Deve ser nosso objectivo aumentar o número de adesões a esses organismos, sem comprometer os elevados padrões que os caracterizam.

Um dos elementos centrais do sistema internacional é a relação transatlântica. Ela é não só do nosso interesse bilateral, como reforça a comunidade internacional no seu todo. A NATO é uma importante manifestação desse relacionamento.

Também as organizações regionais reforçam a governação mundial. Para a União Europeia, a força e a eficácia da OSCE e do Conselho da Europa assumem particular relevância. Outras organizações regionais, como a ASEAN, o MERCOSUL e a União Africana, fornecem um contributo importante para um mundo em que reine maior ordem.

Para uma ordem internacional em que sejam respeitadas as regras estabelecidas é condição prévia que a legislação evolua em resposta a fenómenos como a proliferação de armamentos, o terrorismo e o aquecimento do planeta. É do nosso interesse contribuir para o desenvolvimento das instituições existentes, tais como a Organização Mundial do Comércio, e apoiar novas instituições, como o Tribunal Penal Internacional. A nossa experiência na Europa demonstra que a segurança pode ser reforçada através de medidas de confiança e de regimes de controlo dos armamentos. Estes instrumentos podem também constituir um contributo importante para a segurança e para a estabilidade nos países nossos vizinhos e não só.

A qualidade da sociedade internacional depende da qualidade dos Governos que constituem o seu fundamento. A melhor protecção para a nossa segurança é um mundo constituído por Estados democráticos bem governados. As melhores formas de reforçar a ordem internacional são a disseminação dos princípios da boa governação, o apoio às reformas sociais e políticas, a luta contra a corrupção e os abusos de poder, o estabelecimento do primado do direito e a protecção dos direitos humanos.

As políticas de comércio e de desenvolvimento podem constituir poderosos instrumentos para promover as reformas. Sendo os maiores prestadores mundiais de ajuda pública e também o maior bloco comercial do mundo, a União Europeia e os seus Estados-Membros estão bem colocados para a prossecução destes objectivos.

Um dos principais aspectos da nossa política, ao qual deveríamos conferir ainda maior peso, é contribuir para uma melhor governação através de programas de assistência, da condicionalidade e de medidas comerciais bem orientadas. O mundo será mais seguro para a União Europeia e para os seus cidadãos se for visto como fonte de justiça e de oportunidades para todos.

Certos países colocaram-se fora dos limites da sociedade internacional. Alguns isolaram-se voluntariamente; outros violam de forma continuada as normas internacionais. É desejável que esses países voltem a juntar-se à comunidade internacional e a UE deverá estar disposta a prestar-lhes a necessária assistência. Aqueles que o não quiserem fazer deverão compreender que há um preço a pagar, designadamente a nível das suas relações com a União Europeia.

III. IMPLICAÇÕES POLÍTICAS PARA A EUROPA

Nos últimos anos, a União Europeia tem feito progressos no sentido de uma política externa coerente e de uma gestão de crises eficaz. Dispomos de instrumentos susceptíveis de serem usados com eficácia, conforme demonstrámos nomeadamente nos Balcãs. Porém, se quisermos que o nosso contributo esteja à altura do nosso potencial, teremos de ser mais activos, mais coerentes e mais capazes e teremos de colaborar com outros parceiros.

Temos de desenvolver uma cultura estratégica que promova uma intervenção precoce, rápida e, se necessário, enérgica.

Mais activos na prossecução dos nossos objectivos estratégicos – Isto aplica-se a toda a gama de instrumentos de que dispomos para a gestão de crises e a prevenção de conflitos, incluindo actividades de natureza política, diplomática, civil e militar, comercial e em matéria de desenvolvimento. São necessárias políticas activas para combater as novas ameaças dinâmicas. Temos de desenvolver uma cultura estratégica que promova uma

intervenção precoce, rápida e, se necessário, enérgica.

Enquanto União de 25 Estados-Membros, com uma despesa superior a 160 mil milhões de euros no capítulo da defesa, devemos ser capazes de manter várias operações em simultâneo. Podemos representar uma especial mais-valia levando a cabo operações que envolvam capacidades tanto militares como civis.

A UE deveria apoiar as Nações Unidas nas suas iniciativas de resposta às ameaças à paz e à segurança internacionais. A UE está empenhada em reforçar não só a sua cooperação com a ONU para prestar assistência aos países que se encontram em fase de pós-conflito, como também em prestar apoio àquela organização em situações de gestão de crises a curto prazo.

Temos de ser capazes de actuar antes de constatarmos a deterioração de países à nossa volta, quando haja sinais de proliferação de armamentos e antes que surjam situações de emergência humanitária. Uma intervenção preventiva pode evitar que os problemas venham a assumir proporções mais graves no futuro. Uma União Europeia com maiores responsabilidades e mais activa será uma União Europeia com maior peso político.

Mais capaz – Uma Europa mais capaz é algo que está ao nosso alcance, embora seja preciso tempo para desenvolvermos todo o nosso potencial. As acções em curso – nomeadamente a criação de uma agência de defesa – mostram que estamos no bom caminho.

É preciso mobilizar mais recursos para a defesa e fazer um uso mais eficaz desses recursos, a fim de transformar as nossas forças armadas em forças móveis mais flexíveis e de as dotar dos meios necessários para enfrentar as novas ameaças.

O recurso sistemático a meios partilhados e postos em comum reduziria as duplicações, os custos e, a médio prazo, levaria a um aumento das capacidades.

Em quase todas as intervenções de grande envergadura, à eficiência militar sucedeu o caos civil. Precisamos de maior capacidade para concentrar todos os recursos civis necessários em situações de crise e de rescaldo de crises.

Maior capacidade diplomática – Precisamos de criar um sistema que conjugue os recursos dos Estados-Membros com os das instituições da UE. A resolução de problemas mais distantes e que nos são mais estranhos requer uma melhor compreensão e comunicação.

Uma análise comum das ameaças é a melhor base para uma actuação comum, o que exige uma melhor partilha de informações entre Estados-Membros e com os nossos parceiros.

À medida que formos aumentando as nossas capacidades nas diversas áreas, devemos fixar como horizonte um espectro alargado de missões, que poderão incluir operações conjuntas de desarmamento, o apoio a países terceiros no combate ao terrorismo e a reforma do sector da segurança. Este último ponto enquadrar-se-ia no contexto mais vasto da criação de instituições.

Os acordos permanentes entre a UE e a NATO, em especial o acordo Berlim Mais, reforçam a capacidade operacional da UE e constituem o quadro em que se insere a parceria estratégica entre as duas organizações no plano da gestão de crises, reflectindo a determinação de ambas em enfrentar os desafios do novo século.

Mais coerente – Somos mais fortes quanto actuamos em conjunto: é essa a justificação da Política Externa e de Segurança Comum e da Política Europeia de Segurança e Defesa. Ao longo dos últimos anos, criámos uma série de instrumentos diferentes, cada um dos quais com a sua própria estrutura e filosofia.

O desafio consiste agora em congregar os diferentes instrumentos e capacidades: programas de assistência europeus, Fundo Europeu de Desenvolvimento, capacidades militares e civis dos Estados-Membros e outros instrumentos; todos eles podem contribuir para a nossa segurança e para a segurança dos países terceiros. A segurança é a condição primeira do desenvolvimento.

Os esforços diplomáticos, assim como as políticas nos domínios do desenvolvimento, do comércio e do ambiente, deverão obedecer à mesma agenda. Numa situação de crise, não há nada que possa substituir a unidade do comando.

Na luta tanto contra o terrorismo como contra a criminalidade organizada, é fundamental uma maior coordenação entre a acção externa e as políticas em matéria de Justiça e Assuntos Internos.

É necessária uma maior coerência, não só entre os instrumentos da UE, mas também nas actividades externas de cada um dos Estados-Membros.

Também a nível regional, em especial em situações de conflito, é necessária coerência entre as políticas seguidas. As experiências tanto dos Balcãs como da África Ocidental demonstram de diversas formas que raramente é possível resolver problemas ao nível de um único país ou sem apoio regional.

Colaborar com os nossos parceiros – São poucos ou nenhuns os problemas que temos capacidade para enfrentar sozinhos. As ameaças acima descritas são ameaças comuns, que partilhamos com todos os nossos parceiros mais próximos. A cooperação internacional é uma necessidade. Devemos prosseguir os nossos objectivos, tanto através da cooperação multilateral nas organizações internacionais como por meio de parcerias com actores essenciais.

Actuando em conjunto, a União Europeia e os Estados Unidos podem ser no mundo uma extraordinária força benéfica.

Nada pode substituir a relação transatlântica. Actuando em conjunto, a União Europeia e os Estados Unidos podem ser no mundo uma extraordinária força benéfica. Deverá ser nosso objectivo manter uma parceria efectiva e equilibrada com os Estados Unidos, o que constitui mais uma razão para que a UE crie mais capacidades e reforce a sua coerência.

Devemos continuar a esforçarmo-nos por estabelecer relações mais estreitas com a Rússia, que constitui um dos principais factores da nossa segurança e prosperidade. O respeito por valores comuns reforçará a dinâmica que deverá conduzir a uma parceria estratégica.

História, geografia e laços culturais ligam-nos a todos os cantos do mundo: aos nossos vizinhos do Médio Oriente, os nossos parceiros da África, da América Latina e da Ásia. Estas relações representam um elemento positivo a explorar, devendo-se, em especial, procurar desenvolver parcerias estratégicas com o Japão, a China, o Canadá e a Índia, bem como com todos os que partilhem os nossos objectivos e valores e estejam dispostos a apoiá-los activamente.

Conclusão

Vivemos num mundo em que se perfilam novos perigos, mas também novas oportunidades. A União Europeia tem o potencial necessário para dar um contributo fundamental, tanto para a contenção das ameaças como para a realização das oportunidades. Uma União Europeia activa e capaz teria um forte impacto à escala mundial, contribuindo assim para um efectivo sistema multilateral conducente a um mundo mais justo, mais seguro e mais unido.